

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Falta de luz ameaça pacientes, transporte e telecomunicações	2
Título: Destaques	2
Título: Curtas	3
Título: Petrobras concentra esforços no pré-sal e fica mais enxuta	3
Título: Queiroz Galvão tenta concluir projeto no Piauí.....	6
Título: Largo amplia a produção de vanádio no Brasil.....	8
Título: Controle de barragens dispõe de tecnologia de ponta	10
Título: Com etanol, BP busca crédito de carbono.....	13
Título: BR, Raízen e Ipiranga concentram demanda	15
Título: Floriano Peixoto promete destravar projetos e 'desburocratizar'	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Brasil e EUA fecham acordo de Alcântara	19
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Alvos definidos	21
Título: Ministros do TCU se opõem à criação de fundação da Lava-Jato para gerir recursos	23
Título: Falta de chuva vai pesar no bolso do consumidor	24
Título: Governo quer rever acordo com Paraguai em Itaipu	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/03/2019****Seção: Internacional****Autor:****Título: Falta de luz ameaça pacientes, transporte e telecomunicações**

Ao menos 15 pessoas morreram na Venezuela devido à falta de eletricidade que paralisou o país nos últimos dias. As vítimas faleceram em hospitais, segundo a ONG Coalizão de Organizações pelo Direito à Saúde e à Vida (Codevida).

O fornecimento de eletricidade havia sido interrompido na quinta-feira e depois parcialmente restaurado. No sábado, no entanto, houve outra queda de energia.

A falha em restaurar a energia ameaça a vida de pacientes que necessitam de equipamentos médicos, como aparelhos de diálise e incubadoras. Além disso, o fornecimento de alimentos pode ser prejudicado, assim como o sistema de transporte e as telecomunicações.

"O que estamos vendo é um colapso realmente severo na sociedade venezuelana e especialmente na infraestrutura do Estado", disse David Smilde, da Universidade de Tulane, nos EUA. "Se isso continuar, pode haver uma verdadeira crise humanitária de dimensões não vistas até agora na Venezuela."

Pelo Twitter, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, culpou os EUA. "O sistema nacional de eletricidade tem sido alvo de vários ciberataques. Mas estamos fazendo esforços para restaurar o fornecimento nas próximas horas."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/03/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Petrobras negocia campos

A Petrobras está fechando um acordo com a Starboard, empresa de private equity especializada em reestruturação de ativos, para venda de um conjunto de dez campos terrestres, no Nordeste. Segundo informações da coluna do Lauro Jardim, do jornal "O Globo", o negócio é avaliado em cerca de R\$ 1 bilhão.

Desde 2017, a Petrobras colocou à venda, ao todo, nove polos de produção terrestre, que totalizam 72 concessões. Desse total, a empresa vendeu, até o momento, apenas um polo: o de Riacho de Forquilha (RN), o maior deles, que concentra 34 concessões. A venda para a 3R Petroleum, por US\$ 453 milhões, já foi aprovada pela estatal, mas ainda não foi concluída.

Braskem nos EUA

A Braskem informou que a Bolsa de Valores de Nova York estendeu para o dia 16 de maio o prazo para entrega do formulário 20F referente ao ano de 2017, documento anual completo que companhias estrangeiras listadas da bolsa americana por meio de recibos de ações (ADRs) devem registrar na Securities Exchange Commission (SEC). É a segunda vez que a bolsa americana estende o prazo. Originalmente, a companhia precisava apresentar o documento em 16 de novembro. No dia 9 de novembro, ela informou a extensão da data limite para 15 de março.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério perde fôlego

Os preços do minério de ferro entregue no porto de Qingdao caíram 2,1%, na sexta-feira, para US\$ 85,77 a tonelada, de acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB". No mês, a commodity acumula alta de 0,50% e, no ano, de 17,93%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras concentra esforços no pré-sal e fica mais enxuta

Enquanto as grandes petroleiras do mundo se diversificam e ampliam suas presenças nos segmentos de petroquímica e renováveis, a Petrobras caminha para se tornar uma empresa cada vez menos verticalizada. Dona de um dos ativos mais cobiçados da indústria (leia-se o pré-sal), a estatal se concentra na produção de óleo e gás e prepara um plano agressivo de venda de ativos, para

reduzir sua dívida e aumentar sua rentabilidade. Ao mesmo tempo, a companhia se distancia de negócios promissores e que vêm despertando o interesse de seus pares globais, frente às expectativas de queda no consumo de combustíveis fósseis no longo prazo.

Roberto Castello Branco assumiu a Petrobras, em janeiro, com o discurso de que a empresa precisa focar no seu 'core business'. Em dois meses, o executivo já manifestou a intenção de vender a Braskem e Liquigás, além de reduzir a fatia da estatal no refino e na BR Distribuidora.

"Estrategicamente, queremos que a companhia gere valor para os acionistas, para o Brasil. Para fazer isso, temos que melhorar substancialmente a alocação de capital, direcionando-o para os melhores usos, para os ativos onde somos donos naturais, aqueles em que conseguimos extrair o máximo de retorno possível. E isso se dá principalmente na exploração e produção de óleo e gás", disse ele, em coletiva de imprensa há algumas semanas.

Analistas consultados pelo **Valor** se dividem sobre a estratégia. Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, o foco no pré-sal é acertado. Ele destaca que a companhia passou por uma crise financeira e que ainda possui uma dívida líquida de US\$ 69,4 bilhões a reduzir.

"A Petrobras saiu da UTI, mas ainda está no hospital. Precisa se reconstruir e isso passa pelo difícil exercício de sair de alguns ativos", afirma Pires.

Já o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP), ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), defende que a Petrobras tem sido capaz de reduzir sua dívida, em grande medida pela geração orgânica de caixa, sem a necessidade de vender todos os ativos que prometeu. Em 2018, beneficiada pela alta dos preços do petróleo, a empresa atingiu sua meta de desalavancagem, mesmo tendo cumprido apenas um terço do plano de desinvestimentos.

O instituto também lembra que, embora ainda mantenham o petróleo no centro de suas estratégias, as grandes petroleiras globais têm ampliado suas presenças em setores como petroquímica (caso da ExxonMobil e Shell) e em energias renováveis (caso da BP, em biocombustíveis, e da Equinor e Total, em solar e eólica).

"Pode ser que faça sentido para a Petrobras voltar a investir em petroquímica e biocombustíveis, no futuro, mas hoje não. A Petrobras não pode ter a mesma ótica de investimentos das outras petroleiras, são realidades diferentes. A Petrobras é líder no pré-sal, as outras não. Qualquer investimento que ela faça fora do pré-sal significa investir em ativos de menor rentabilidade", contrapõe

Pires, que questiona ainda a qualidade dos investimentos passados da empresa em etanol e biodiesel. "Foram prejuízos sucessivos", disse.

Em dezembro, na gestão anterior, a Petrobras anunciou planos de investir US\$ 400 milhões em renováveis até 2023, mas Castello Branco prega cautela. Segundo ele, a companhia mantém linhas de pesquisa em renováveis, mas as perspectivas da empresa para o setor são de longo prazo. "Nossa competência é a exploração e produção de óleo e gás. Nada indica que teremos as mesmas vantagens nos negócios de energia solar e eólica", disse, na coletiva.

Grandes petroleiras globais têm ampliado presença em energias renováveis e no setor petroquímico

Já a discussão sobre o futuro da estatal na petroquímica passou por idas e vindas. Ainda na gestão Pedro Parente, a Petrobras manifestou a intenção de sair integralmente do setor, mas depois a empresa voltou atrás da estratégia. Castello Branco, por sua vez, já disse que pretende vender a Braskem.

A petroquímica é um negócio promissor. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), os petroquímicos estão se tornando os maiores propulsores da demanda global de petróleo. Diante do impacto da eletrificação dos carros sobre o consumo de combustíveis, a previsão é que, até 2030, um terço do crescimento da demanda de petróleo venha da petroquímica.

"Nessa transição vai ter espaço para a petroquímica. Vários elementos da transição energética vão precisar de plástico: turbinas eólicas, fertilizantes para biocombustíveis, painéis solares, eletrônicos...", disse o professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Alexandre Szklo, neste mês, em evento no Rio.

A desverticalização da Petrobras passa também pela redução de sua participação nas refinarias e no gás natural. Para Adriano Pires, a entrada de novos agentes no refino pode ser benéfica para a estatal, já que a presença de concorrentes dificultaria o retorno de eventuais práticas de controle de preços.

O INEEP, por sua vez, destaca a presença nos demais elos da cadeia de óleo e gás é importante, para evitar com que a rentabilidade da empresa fique vulnerável às oscilações dos preços internacionais do petróleo.

Já no gás, o governo, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Petrobras iniciaram conversas, ainda preliminares, sobre um amplo programa de abertura do mercado que, dentre as propostas colocadas na mesa, pode forçar a estatal a se desfazer de todos seus ativos de transporte e distribuição.

Discutir o futuro da Petrobras como empresa integrada passa por discutir diferentes visões sobre o papel social da companhia. Para o professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ, Edmar Almeida, cabe à empresa viabilizar o aproveitamento das riquezas do pré-sal. A Petrobras estima que suas atividades gerem, até 2023, R\$ 600 bilhões em tributos.

"Não é pouca coisa o que a Petrobras está fazendo no pré-sal. A função dela é produzir petróleo, e consequentemente gerar receitas para o Estado, mas para isso ela precisa ser competitiva", avalia.

Por outro lado, há quem entenda que a petroleira, controlada pela União, também funciona como instrumento de política econômica. O INEEP destaca que a Petrobras funciona como motor de geração de empregos e que a redução dos investimentos, nos últimos anos, gerou perdas de 740 mil ocupações, entre 2016 e 2017, considerando-se a redução da demanda sobre a cadeia fornecedora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Queiroz Galvão tenta concluir projeto no Piauí

A gestora americana Castlake, maior credora da Queiroz Galvão Energia (QGE), pode receber um sinal verde da Justiça para investir cerca de R\$ 600 milhões na conclusão de um projeto de geração eólica da companhia, apesar das suspeitas de conflito de interesses que foram levantadas por outros credores na aprovação do seu plano de recuperação extrajudicial.

Em 7 de março, o juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, abriu prazo de dez dias para que os credores da QGE se manifestem se há interesse em participar do investimento na conclusão do projeto eólico Caldeirão Grande II, de 178 megawatts (MW) de potência.

A construção do empreendimento, localizado no Piauí na região da Chapada do Araripe, teve início em 2015 mas foi paralisada por falta de recursos da QGE, que está em recuperação extrajudicial desde novembro. A companhia informou ao juiz Sacramone que, no exercício de suas atividades empresariais, teve oportunidade de celebrar um contrato de consórcio para conclusão do projeto.

Pelo contrato, a QGE entraria com os direitos sobre o projeto e os investimentos já feitos, e a Energia do Canindé Participações Societárias entraria com os

investimentos necessários para conclusão das obras. A Energia do Canindé é controlada, de forma indireta, pela Castl lake.

Em sua decisão, o juiz Sacramone disse que, apesar da suspeita de conflito de interesses entre a recuperanda e a Castl lake para instauração da recuperação judicial, "é patente a necessidade do grupo recuperando de prosseguir com o desenvolvimento de sua atividade empresarial, inclusive para pagamento dos credores listados nos presentes autos".

Na mesma decisão, o juiz abriu prazo também de dez dias para que os credores se manifestem sobre a intenção da QGE de buscar R\$ 70 milhões em empréstimos para acomodar suas necessidades imediatas de caixa. Um outro pedido da Queiroz Galvão referente à mudança da diretoria da companhia não foi apreciado pelo juiz, que disse que vai analisar o pleito junto com as impugnações do plano de recuperação extrajudicial apresentadas por credores.

A relação entre a Castl lake e a QGE foi o principal motivo para que credores entrassem com seis pedidos de impugnação do plano de recuperação extrajudicial da companhia, insatisfeitos com a condução do processo, que abrange R\$ 3,85 bilhões em dívidas. A gestora, dona de R\$ 2,8 bilhões em créditos foi a única credora que votou, de imediato, a favor da aprovação do plano. Os reclamantes alegam que a Castl lake já atua, por meio de fundos investidos, na administração da QGE, o que evidenciaria grave conflito de interesses.

O juiz ainda não se manifestou sobre essa questão. Sua decisão sobre os pedidos de impugnação só será proferida depois que todas as partes se manifestarem, inclusive o Ministério Público. "A análise acerca das impugnações e alegado conflito de interesse, portanto, será realizada oportunamente", escreveu o juiz.

Um dos maiores problemas, segundo os credores, é que o plano deu alternativas não consideradas atrativas. A primeira opção é a conversão da dívida em ações de uma holding que será criada para englobar os ativos da QGE. A segunda forma é parecida, ao propor a permuta de 10% dos créditos em debêntures emitidas pela nova holding. Os 90% restantes seriam trocados por bônus de subscrição de ações ordinárias da mesma empresa. A terceira opção envolve um "calote" de 98% da dívida, com direito a recebimento em dinheiro de 2% do total ao fim de 10 anos.

A Castllake se manifestou em favor da conversão do montante em participação na holding. Foi o voto da gestora que permitiu que a recuperação fosse extrajudicial. Posteriormente, a GE também votou a favor da aprovação do plano, que conta com o aval de cerca de R\$ 3 bilhões em dívidas.

Procurada pelo **Valor**, a Queiroz Galvão Energia disse que não iria comentar as informações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De

Título: Largo amplia a produção de vanádio no Brasil

A empresa que opera a única mina das Américas de vanádio está ampliando sua capacidade de produção e buscando mais áreas para exploração de novos depósitos. A mina fica em Maracás, na Bahia, e pertence a Largo Resources. Foi um empreendimento iniciado em 2014 com recursos captados no Brasil, no Canadá e nos Estados Unidos.

De acordo com o presidente e CEO global da companhia, Paulo Misk, há planos, ainda iniciais, para a produção de titânio no Brasil.

Misk esteve na semana passada em Toronto onde participou de um dos principais eventos de mineração do mundo, o Prospectors and Developers Association of Canada (PDAC). O executivo também apresentou uma visão sobre a companhia a investidores e analistas durante o encontro na cidade que antecedeu a convenção. A Largo tem sua sede em Toronto.

Em entrevista ao **Valor**, Misk afirmou que a produção atual no Brasil é de 9.830 toneladas de pentóxido de vanádio em flocos -- que é uma das formas como produto pode ser comercializado para uso em processos siderúrgicos para tornar o aço mais forte e leve. No ano passado, a produção da Largo correspondeu a 6,8% de toda a produção mundial de vanádio.

"Com a expansão, vamos chegar a mais de 12 mil toneladas. O projeto fica pronto em junho deste ano e a partir daí nós estamos prevendo três meses de 'ramp up' [fase inicial de produção]. Então, a partir de setembro, a produção já será de 1.000 toneladas a 1.100 toneladas por mês", afirmou Misk. A empresa emprega atualmente 800 funcionários diretos.

A capacidade produtiva na mina a céu aberto no município de Maracás - na região centro-sul da Bahia - já está totalmente tomada. Segundo Misk, a

empresa produz hoje 8% a mais da capacidade nominal, porque consegue uma melhor recuperação do vanádio na fase de processamento.

"Nós estamos desenvolvendo essa primeira fase para o desgargalamento da produção. Havia dois setores que limitavam a nossa produção e nós estamos ampliando a capacidade dessas duas áreas, o que vai permitir ampliar a produção em 25%", afirmou o CEO.

Toda produção da Largo vai para um único cliente: a trading suíça Glencore. O contrato de fornecimento vale até maio de 2020. A Glencore distribui o vanádio brasileiro para clientes na Coreia do Sul, nos Estados Unidos e países da Europa.

Com sede no Canadá, companhia deve fechar 2018 com faturamento de R\$ 1,4 bilhão e Ebitda superior a R\$ 1 bilhão

A Largo começou como um projeto do zero com um processo de busca por recursos iniciado entre 2011 e 2012. Cerca de US\$ 200 milhões foram levantados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a um pool de bancos privados formado pelo Bradesco, Itaú e Votorantim. Outros US\$ 200 milhões aproximadamente foram financiados no Canadá e nos Estados Unidos. As operações na Bahia se iniciaram em agosto de 2014.

"Começamos com um projeto bastante alavancado, mas com os resultados [de 2018] nós já quitamos todas as dívidas no Brasil junto ao BNDES, Bradesco Votorantim e Itaú e hoje só não quitamos 100% da dívida nos Estados Unidos e no Canadá porque tem uma cláusula que faz com que não valha a pena ser quitada agora. A dívida é de 30 milhões de dólares canadenses (aproximadamente US\$ 22,4 milhões)", disse Misk. A empresa tem 130 milhões de dólares canadenses em caixa.

É um quadro que Misk define como de muita solidez e liquidez. No ano passado, a empresa apareceu como a primeira de um ranking internacional sobre as 50 ações de melhor performance. O ranking, o OTCQX Best 50, é produzido por uma empresa americana, a OTC Markets, que fornece informações sobre companhias listadas em bolsas.

No momento, a Largo não busca novos recursos para levar adiante a ampliação de suas instalações na Bahia. "Nós temos recursos. Estamos procurando áreas para poder investir. Mudamos de captadores de recursos para investidores, porque estamos realmente gerando muito caixa", disse o executivo.

Os resultados do último trimestre de 2018 ainda não foram divulgados, mas a considerar o ritmo de produção até o terceiro trimestre do ano passado a

empresa deve fechar com faturamento anual de, aproximadamente, R\$ 1,4 bilhão e com um Ebitda superior a R\$ 1 bilhão.

A Largo Resources tem uma posição privilegiada. "A única mina que produz vanádio nas Américas é essa de Maracás. Do Canadá ao Chile só tem a Largo produzindo vanádio", afirma o presidente.

A companhia possui um ativo no Canadá, mas está com a produção parada. O principal objetivo, segundo o presidente, é investir no Brasil, desenvolver Maracás e outra área em fase de exploração na Bahia. Não apenas para vanádio.

"Nós estamos avaliando também a produção de subprodutos e um deles é o titânio", contou o executivo. Trata-se de um plano que, por ora, a empresa evita dar detalhes, mas que é visto como uma oportunidade de lucro numa mesma operação. "Eu vejo que temos muitas opções de negócios para desenvolver. A história só está começando", disse Misk.

O repórter viajou a convite da Adimb

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Tatiana Schnoor | De São Paulo

Título: Controle de barragens dispõe de tecnologia de ponta

Uma analogia com o sistema de controle de tráfego aéreo usado em aeroportos seria a situação mais próxima para se exemplificar o tipo de precisão tecnológica necessária em estruturas de barragens como a de Brumadinho para minimizar tragédias humanas e ambientais.

Estudo da Universidade de São Paulo (USP) sobre a confiabilidade de dados no monitoramento de barragens mostra como a adoção de tecnologias de ponta pode aprimorar a gestão de risco de estruturas das empresas do setor de mineração. "Já existem tecnologias disponíveis e, economicamente viáveis para empresas de grande porte, que reduzem os riscos para as companhias e para as comunidades", diz o engenheiro civil Fernando Ribeiro.

Há mais de 20 anos atuando em monitoramento de barragens, Ribeiro é professor da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e autor do estudo pela USP.

Para o especialista, o sistema ideal de gestão de estruturas prevê o uso intensivo de diferentes instrumentos automatizados, como sensores internos e

externos, que fazem a medição em tempo real e constante de variados parâmetros. As informações geradas a partir disso são enviadas de forma remota para uma sala de controle, localizada a quilômetros de distância, onde computadores cruzam os dados para verificar a origem de possíveis anormalidades.

"A precisão dos cálculos possibilita verificar o comportamento da estrutura ao longo do tempo e a identificar, com antecedência, quando surge uma anomalia. Isso aumenta a capacidade de reação das empresas", diz Ribeiro. Normalmente, as mineradoras fazem leituras quinzenais ou em até trinta dias, como está previsto na lei. "O problema disso é que alguma ocorrência pode ocorrer e não ser identificada. Até o técnico ir ao local, fazer a leitura dos sensores manualmente e passar para uma planilha, um desastre pode acontecer", diz Ribeiro.

A automatização é relevante por causa do aspecto de instabilidade do comportamento dos rejeitos, ora mais denso, ora mais líquido de acordo com o processo químico usado para retirar o minério. "Essa inconstância na reação dos rejeitos é o que justifica a adoção de sensores diferentes, de grandezas variadas, posicionados dentro e fora da estrutura para elevar a precisão e confiabilidade dos dados coletados", afirma Ribeiro.

O sistema ideal de gestão de estruturas prevê o uso intensivo de diferentes instrumentos automatizados

Segundo o especialista, a adoção de um conjunto de equipamentos e a instalação de infraestrutura custam em torno de US\$ 2 milhões - o valor inclui três tipos de sensores, estrutura de comunicação e a instalação de um centro de processamento de dados. Seria o aparato necessário para a barragem da Mina do Córrego do Feijão, que tem 86 metros de altura e 720 metros de comprimento da crista.

Para Roberto Kochen, diretor do Departamento de Infraestrutura e Habitat do Instituto de Engenharia, uma estrutura do porte de Brumadinho justifica um sistema automatizado, mas as barragens com menos 50 metros de altura não. "As inspeções humanas são suficientes", diz Kochen. Na avaliação do especialista, os sistemas automatizados são um complemento desejável, "mas não substituem as inspeções periódicas dos engenheiros, que podem ser feitas quinzenalmente ou mensalmente. "A periodicidade deve ser diária a partir da identificação de problemas, como trincas, surgência de água, entupimento do fluxo de água ou até mesmo uma toca de animal no lugar errado", diz.

Para Kochen, os sensores ajudam, mas são questionáveis se não estiverem nos locais certos. "No caso de Brumadinho, a estrutura deveria ter sido reforçada há

tempos, pois a barragem já estava em situação de risco eminente. Eu tenho a impressão de que houve falha de manutenção e de engenharia", afirma Kochen.

Procurada, a Vale informou, por nota, que adota as tecnologias mais modernas de segurança e monitoramento disponíveis. A empresa não detalhou quais processos de medições e leitura de dados usa, nem o quanto investe em equipamentos tecnológicos. Com relação às inspeções, a Vale informou que realiza quinzenalmente monitoramento e inspeções em todas as estruturas que se enquadram na Política Nacional de Segurança de Barragens. "Ao todo são mais de 2 mil inspeções por ano, reportadas e analisadas em um sistema integrado de gestão. Além disso, possui vídeo-monitoramento e radar interferométrico em algumas estruturas."

Com relação ao acionamento do sistema de alerta sonoro, a empresa informou que ocorre de forma manual, a partir do Centro de Controle de Emergência e Comunicação, com funcionamento 24 horas por dia, localizado fora da área da mina. A Vale informou que "pelas informações iniciais, que estão sendo apuradas pelas autoridades, devido à violência com que ocorreu o evento, não foi possível acionar as sirenes relativas à Barragem 1."

A automatização é relevante por causa da instabilidade do rejeito, ora mais denso, ora mais líquido

A mineradora de ouro Kinross, informou, por nota, que utiliza tecnologias de última ponta no monitoramento de suas duas barragens (Eustáquio e Santo Antônio) em Paracatu, em Minas Gerais. A de Santo Antônio, tem 104 metros de altura e 400 milhões de m³ de rejeitos contendo arsênio e cianeto. É considerada de alto potencial de dano pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Tanto as inspeções como as leituras dos instrumentos são feitas por equipes e as informações são repassadas periodicamente para uma empresa de consultoria.

Entre as tecnologias utilizadas pela Kinross para o monitoramento de suas barragens, "estão sistemas online de medição de pressão da água na estrutura, da temperatura do ar e do volume de precipitação de chuvas, implantados desde 2017. A transmissão de dados dos instrumentos de medição é feita por sensores elétricos de automação com transmissão para um software de supervisão via cabos, wireless e via rádio. Eles oferecem leitura em tempo real - por minuto ou hora. Em 2018, a Kinross investiu cerca de US\$ 2 milhões em novos equipamentos e tecnologias. Para 2019, estão previstos outros US\$ 2,5 milhões."

No caso da Anglo American, mineradora que tem uma barragem de rejeitos localizada em Conceição do Mato Dentro, também em Minas Gerais, a empresa

informou, por nota, que "conta com completo programa de gestão de segurança, o que inclui inspeções diárias, leitura semanal dos instrumentos e inspeções geotécnicas com frequência quinzenal, além de revisões trimestrais realizadas por empresas independentes."

A empresa também informou que "a sua barragem foi construída com aterro compactado e seu alteamento é feito pelo método a jusante, considerado mais seguro e conservador." Com relação aos equipamentos utilizados na barragem, a Anglo American disse "adotar sistemas de fibra ótica, unidades de estação total, para medição de deformações do corpo da barragem, piezômetros e indicadores de nível de água. Além disso, usa drones para fazer o levantamento topográfico e obter fotos aéreas. Conjugadas, essas tecnologias permitem o conhecimento total do comportamento do rejeito."

Já a CSN Mineração informou, por nota, que a "Barragem Casa de Pedra, em Congonhas, Minas Gerais, construída pelo método a jusante, é segura. A população de Congonhas pode ficar tranquila."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Com etanol, BP busca crédito de carbono

A transição para fontes de energias renováveis não deve ficar apenas no discurso da gigante petroleira britânica BP, que ficou marcada no início da década pela explosão de uma plataforma no golfo do México. Embora o lucro da multinacional, que atingiu o recorde de US\$ 12,8 bilhões no ano passado, ainda seja impulsionado pela produção de óleo de xisto nos EUA, a companhia quer ser uma referência em eficiência energética - frente na qual a produção de etanol no Brasil tende a ser cada vez mais importante.

Em entrevista ao **Valor**, o principal executivo da BP no Brasil, Mario Lindenhayn, afirmou que a empresa está se preparando para sair na frente quando for dada a largada da Política Nacional de Biocombustíveis, o RenovaBio. O programa, que entra em vigor em 2020, poderá ser uma relevante fonte de renda para as usinas sucroalcooleiras do país, com a venda de créditos de carbono às distribuidoras de combustíveis.

"Estamos preparando nossas três usinas para participarem do programa", disse Lindenhayn. A BP possui três usinas, duas em Goiás e uma em Minas Gerais,

com potencial de processar 10 milhões de toneladas de cana por safra, o que a coloca em uma posição mediana no setor. O maior grupo sucroalcooleiro do Brasil é a Raízen Energia, joint venture entre Cosan e Shell, que possui capacidade para moer 73 milhões de toneladas por safra. A BP não divulga o faturamento do negócio de etanol no Brasil, mas a área é pequena. Em 2018, petróleo e derivados responderam por mais de 90% do faturamento global de US\$ 299 bilhões da companhia.

As usinas da BP em Itumbiara (GO) e Ituiutaba (MG) têm, junto ao Conselho de Recursos do Ar da Califórnia (CARB), a menor intensidade de carbono registrada dentre todas as usinas brasileiras cadastradas no programa californiano. "Nossa expectativa é também ter uma das menores intensidades de carbono no RenovaBio", acrescentou Lindenhayn.

Segundo ele, a BP quer obter a certificação de intensidade de carbono de suas três unidades até o fim deste ano, para que, em janeiro de 2020 - o primeiro ano de validade do RenovaBio - já comece a vender os créditos de descarbonização (CBios). De acordo com Lindenhayn, a companhia ainda não tem investimentos em curso para buscar uma melhora da intensidade de carbono porque ainda precisa avaliar quais medidas podem ter maior impacto na redução da "pegada de carbono" da produção. "Mas certamente vamos buscar mais eficiência", afirmou ele.

Alguns passos para aumentar a eficiência já estão sendo realizados, mas concentrados nas atividades cotidianas. Nos canaviais, a BP começou a adotar, nos últimos dois anos, tecnologias digitais que incluem o controle e gestão em tempo real por satélite de todas as atividades agrícolas, além de automação das máquinas. Em cinco meses, a companhia reduziu sua necessidade de colhedoras em 20%. O investimento na área agrícola ainda deve se estender por mais três anos.

No momento, porém, o foco da operação sucroalcooleira da BP no Brasil é o crescimento "vertical", indicou o executivo. Na prática, as usinas da empresa ainda estão operando abaixo da capacidade. Para Lindenhayn, a empresa ainda precisa avançar em produtividade nas lavouras de cana. Ele afirmou ter ainda "longo caminho a percorrer" para melhorar "custeio e performance".

Diante dessas necessidades mais básicas para melhorar a rentabilidade do negócio sucroalcooleiro, a BP ainda não vislumbra investimentos de grande porte para reduzir a intensidade de carbono de suas usinas. "Existem muitas

ideias e desenvolvimentos acontecendo, por exemplo, com cana energia, mas que ainda não estão com rentabilidade adequada provada. No momento certo, se [essas ideias] se provarem rentáveis, podemos fazer o investimento", disse ele. Porém, se iniciativas como essa tiverem impacto significativo no aumento da capacidade de emissão de CBios, "podem passar na frente da fila", admitiu o executivo.

O impulso que o RenovaBio pode dar ao mercado doméstico de etanol também é visto pela BP como oportunidade para atuar em outra frente: na logística do combustível. Depois de fechar parceria com a Copersucar em 2017 para operar o Terminal de Comercialização de Etanol, em Paulínia (SP), a companhia está "atenta a outras oportunidades" na área, sobretudo na região Sudeste, maior polo consumidor, e na ligação com os portos. "Se conseguirmos combinar grandes centros de consumo com logística e conectividade com os portos, é um espaço onde queremos estar presentes", afirmou.

De acordo com o executivo, o objetivo da BP em logística não é ter uma atuação isolada, mas "a serviço do braço comercial de etanol" da companhia.

Atualmente, a empresa vende não apenas o etanol que produz em suas três usinas como também comercializa volumes de terceiros que superam sua fabricação própria em 30%. Para isso, a BP transforma o etanol hidratado comprado de outras usinas no país em etanol anidro (usado para ser adicionado à gasolina), e revende o biocombustível tanto no exterior como internamente.

Em relação às perspectivas para a próxima safra brasileira de cana-de-açúcar, que começa oficialmente em 1º de abril, Lindenhayn acredita em recuperação.

No atual ciclo (2018/19), o clima adverso afetou a produção de cana, o que também ajuda a explicar o fato de as unidades da BP terem processado menos matéria-prima que a capacidade total. Para a temporada 2019/20, o executivo acredita que a moagem pode atingir a capacidade máxima da BP, o que deve representar uma produção de 750 milhões de litros de etanol, 400 mil toneladas de açúcar e a geração de 950 megawatts-hora (MWh) a partir do bagaço de cana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: BR, Raízen e Ipiranga concentram demanda

Cerca de dois terços da meta nacional de redução de emissão de gases do efeito estufa prevista na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que entra oficialmente em vigor em 2020, deverá ser cumprida pelas três maiores distribuidoras de combustíveis do país: BR (Petrobras), Raízen (Cosan e Shell) e Ipiranga (Grupo Ultra).

Na prática, as três distribuidoras deverão concentrar a demanda pelos créditos de carbono que serão vendidos pelos produtores de biocombustíveis como etanole biodiesel.

Se a meta de redução de emissões do RenovaBio já estivesse em vigor, BR, Raízen e Ipiranga seriam, juntas, responsáveis por 65% da meta de redução para 2019 de 16,8 milhões de toneladas de gás carbônico. Em volume, isso significa que essas empresas teriam que reduzir as emissões em 10,9 milhões de toneladas.

Os volumes foram estimados, a pedido do **Valor**, pela consultoria Green Domus, uma das empresas autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para realizar a atribuição da nota de eficiência dos produtores de biocombustíveis que quiserem participar do RenovaBio.

O cálculo da consultoria foi feito com base na participação de mercado das distribuidoras nas vendas de combustíveis fósseis (gasolina e diesel) em 2018, a partir de dados divulgados em fevereiro pela ANP.

Pela estimativa da Green Domus, a BR ficaria responsável por 25,2% da meta do país de 2019, o equivalente a uma redução de emissões de 4,2 milhões de toneladas de carbono. Em segundo lugar ficaria a Raízen, respondendo por 20,3% da meta nacional, com 3,4 milhões de toneladas de carbono evitadas. O terceiro lugar seria ocupado pela Ipiranga, que seria responsável pela redução de 19,9% da meta, ou 3,3 milhões de toneladas de carbono.

Procurada pela reportagem, a Raízen informou que "estará preparada para atender aos requisitos" do RenovaBio. As demais distribuidoras não responderam.

A determinação das metas individuais é uma atribuição da ANP e terá que ser realizada até 1º de julho deste ano, como prevê resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de 2018.

Ainda que seja pro forma, já que não há obrigatoriedade de redução das emissões em 2019, a meta deste ano é passível de ajustes, já que ainda estão sendo feitos cálculos para avaliar se a intensidade de carbono da matriz de combustíveis de 2018 foi a projetada. **Segundo Miguel Ivan Lacerda, diretor do**

departamento de biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), os cálculos ainda estão em andamento.

Na resolução, o CNPE estimava que os combustíveis teriam uma "pegada de carbono" de 73,55 gramas de gás carbônico por megajoule de energia gerada em 2018. Para 2019, a meta é reduzir essa intensidade de carbono em 1%. De acordo com Lacerda, o MME terá até o fim deste ano para definir a meta de 2029 - o programa RenovaBio prevê metas decenais. "Todo ano teremos que incluir meta para daqui dez anos", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2019

Seção: Política

Autor: Carla Araújo e Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Floriano Peixoto promete destravar projetos e 'desburocratizar'

Na primeira entrevista desde que assumiu o cargo, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Floriano Peixoto, afirmou que trabalha com a missão de tirar do papel projetos travados em governos anteriores, além de desburocratizar e modernizar o Estado para conseguir - como pede o presidente Jair Bolsonaro - tirar o "Estado do cangote do cidadão". Peixoto é general do Exército. Ele é um dos ministros que atuou na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah). Outros são Augusto Heleno (GSI) e Carlos Alberto Santos Cruz (Governo).

Ao **Valor**, o ministro afirmou que já está trabalhando em conjunto com o Ministério da Economia para implementar um processo de modernização. Esse trabalho, segundo ele, gestará "mais de mil produtos que estão guardados e que serão lançados" em parceria entre os dois órgãos. O primeiro deles deve ser a "identidade digital". Discutida por diferentes governos há mais de duas décadas, ela agregará todos os documentos como CPF, RG, título de eleitor, a partir de dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Está no forno, pronto para sair em breve", disse o ministro. "Vamos trabalhar para sair neste semestre."

Com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) sob a sua alçada, Floriano Peixoto crê que o governo Jair Bolsonaro avançará em temas como o da "integração da Amazônia" ao resto do país, que implica ações que possibilitem o povoamento de áreas fronteiriças, onde hoje existe apenas a presença militar. Isso será possível, diz ele, com obras de infraestrutura e o estímulo à atividade econômica na região, como projetos mineiros.

A mineração em terras indígenas, por exemplo, é um tema a ser superado se o Brasil quiser começar a explorar suas imensas reservas de nióbio em Roraima, uma promessa de campanha de Bolsonaro, afirma o ministro.

"Já existem estudos e projetos feito pela SAE para contemplar esse tipo de situação", afirma. A partir dessa articulação, diz, será desenvolvida "uma agenda, com decretos estabelecendo o papel de cada órgão [do governo] para que as metas sejam alcançadas".

Peixoto disse esperar, com ações de desburocratização do Estado e outras medidas, colocar o país entre os 50 melhores do mundo para se fazer negócio - meta exposta pelo presidente no Fórum Econômico Mundial, em janeiro. Hoje, o Brasil está na 109ª posição.

O ministro não quis comentar a demissão de seu antecessor, Gustavo Bebianno, implicado em um escândalo de candidaturas de laranjas do PSL, que ele presidiu no período eleitoral.

O general diz acreditar que o governo Bolsonaro conseguirá avançar em diversas frentes por ter uma equipe técnica e sintonizada. E afirma que as polêmicas geradas pelas manifestações do presidente e de seus filhos em redes sociais não atrapalham os projetos do governo. "O governo está acima dessas querelas", pontua. "Essas questões sempre ocorrem e fazem parte do jogo democrático, só não ocorrem em ditaduras, onde a imprensa é cerceada."

Ele rechaça também a ideia de que há uma "ala militar" no governo. Dos quatro ministros instalados no Palácio do Planalto, três são militares: Peixoto, Augusto Heleno e Santos Cruz. Também tem origem militar os ministros da Defesa, Infraestrutura, **Minas e Energia** e Ciência e Tecnologia. Despacha ainda perto do gabinete de Bolsonaro o vice-presidente, general Hamilton Mourão.

"E o ministro Onyx [Lorenzoni, Casa Civil] é um irmão, um aliado de extrema sintonia", diz. "E não há no governo a ala militar. O que existe é uma ala no entorno do presidente uníssona, que a gente pensa igual, cada um dentro da sua atribuição." Segundo ele, no entanto, a experiência militar tende a contribuir para que o projeto de Bolsonaro "seja alcançado". "O que a gente [militares] aproveita neste momento é buscar reunir tudo aquilo que a gente aprendeu, que a gente praticou, assimilou de experiência em prol do governo para que dê certo. E vai dar certo", afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/03/2019****Seção: Política****Autor: Beatriz Bulla WASHINGTON CORRESPONDENTE****Título: Brasil e EUA fecham acordo de Alcântara**

Após quase 2 décadas, países concluíram negociações sobre salvaguardas tecnológicas que permitem uso comercial de base no Maranhão

Brasil e Estados Unidos concluíram na semana passada as negociações do novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão. O tema é debatido pelos dois países desde 2000, quando o governo Fernando Henrique Cardoso assinou o acordo, rejeitado na sequência pelo Congresso Nacional. Em entrevista ao Estado, o embaixador do Brasil nos EUA, Sérgio Amaral, revelou parte das mudanças no novo texto. Para ele, as negociações reduziram a ingerência americana no Brasil e atenderam, dessa forma, críticas levantadas anteriormente pelo Congresso. "Essa negociação encerra quase 20 anos em que estamos tentando lançar da base de Alcântara mísseis de maior capacidade, de maior porte e que podem ser utilizados no uso comercial sobretudo de lançamento de satélite", afirma Amaral.

Depois de 2002, quando o AST fracassou no Congresso, o Brasil ensaiou outras vezes uma nova negociação com os EUA, mas as rodadas de conversa sobre o tema deslancharam em maio do ano passado. Os parlamentares brasileiros alegaram nos anos 2000 que o AST fere a soberania nacional. O acordo de salvaguardas tecnológicas prevê a proteção de conteúdo com tecnologia americana usado no lançamento de foguetes e mísseis a partir da base de Alcântara. Atualmente, 80% do mercado espacial usa tecnologia americana e, portanto, a ausência de um acordo de proteção limita o uso da base brasileira. O texto também é um acordo de não proliferação de tecnologias de uso dual – quando as tecnologias podem ser usadas tanto para fins civis como militares, caso do lançamento de mísseis.

Além dos recursos, o embaixador afirma que o acordo abre portas para uma série de parcerias empresariais no setor e coloca o país, com mais força, no debate sobre cooperação espacial. "Não se trata de uma simples revisão de linguagem ou redação do acordo de 2000. É um novo acordo, que incorpora cláusulas de outros acordos como o da Índia e o da Nova Zelândia, e sobretudo teve por objetivo atender as críticas feitas no Congresso Nacional e que levaram à rejeição do acordo de 2000." O novo acordo não prevê, por exemplo, a segregação de uma área na base de Alcântara, e sim a restrição de acesso. "Não

é apenas mudança de linguagem, tem um sentido claro. Segregação é um conceito espacial, como se existisse um pedaço do território cedido ao governo americano. Não é disso que se trata. Teremos em Alcântara um espaço para proteção de tecnologia americana, mas continua sendo espaço de jurisdição brasileira. Não é cessão de território para ninguém, é um espaço que foi transformado em área de acesso restrito", afirma o embaixador.

A entrada é restrita a pessoas credenciadas pelos dois governos ou consulta pelo governo americano ao brasileiro. "São questões que reduzem substancialmente o caráter unilateral, o caráter intrusivo dos EUA", diz. "Os americanos terão acesso ao espaço em que estará essa tecnologia mas isso não quer dizer que não teremos qualquer avaliação sobre as pessoas que entram, tudo será decidido de comum acordo." Também houve redução da ingerência exclusiva americana desde transporte até a guarda e uso tecnologia. O escopo do acordo também ficou mais restrito. Antes, a previsão era de proteção de toda tecnologia usada. Agora, ela é limitada a mísseis, foguetes, artefatos e satélites só quando tiverem tecnologia ou equipamentos americanos. Restrição. Uma das questões controvertidas na discussão sobre o acordo é com relação ao uso de recursos obtidos da exploração comercial do lançamento de satélites.

Os recursos poderão ser usados em qualquer etapa do Programa Espacial Brasileiro, mas não no desenvolvimento de veículo lançador. Segundo Amaral, isso ocorre porque parte da política de não proliferação e da legislação americana proíbe os EUA de entrarem em acordos em que, de uma forma ou outra, promova transferência, desenvolvimento de tecnologia ou financiamento do desenvolvimento de foguetes lançadores. Para ele, contudo, a cláusula é inócua, porque nada impede que toda a receita obtida financie o Programa Espacial Brasileiro e o Tesouro Nacional arque só com o desenvolvimento de foguetes lançadores. O novo acordo inclui uma cláusula que estabelece que nada no AST pode prejudicar o desenvolvimento autônomo do programa espacial brasileiro. "É uma parceria com os Estados Unidos na exploração comercial do centro espacial de Alcântara."

Em razão de sua localização geográfica, é possível economizar até 30% no combustível para lançamento de satélites a partir de Alcântara. O acordo dura um ano e pode ser revisado. As negociações estão concluídas, e o acordo passa por revisão de tradução dos dois lados e última análise jurídica. A ideia dos governos é encerrar os trâmites a tempo de os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump assinarem o acordo no encontro que terão na Casa Branca, em Washington, no próximo dia 19.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/03/2019****Seção: O País****Autor: CLEIDE CARVALHO****Título: Alvos definidos**

Após cinco anos, Lava-Jato mira subsidiárias da Petrobras e políticos que perderam foro

Passados cinco anos, a Lava-Jato colocou atrás das grades empresários, políticos de vários partidos e até um ex-presidente da República, além de ter recuperado cerca de R\$ 15 bilhões. Mas a operação ainda não aprofundou investigações sobre subsidiárias da Petrobras, como a BR Distribuidora, e obras como a da Hidrelétrica de Belo Monte. Estes são alguns dos alvos a serem perseguidos agora.

A operação também vai se debruçar sobre o destino dos R\$ 50 milhões que a Odebrecht teria colocado à disposição do PT, por meio do ex-ministro Guido Mantega, na conta batizada pela empreiteira de “pós-italia”. A investigação está paralisada desde setembro, quando o atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, concedeu liminar à defesa de Mantega, que pediu para o caso ser analisado pela Justiça Eleitoral.

Essa apuração, no entanto, depende de um julgamento marcado para quarta-feira, quando o plenário do STF decidirá se valores destinados a caixa dois devem mesmo ser apurados pela Justiça Eleitoral. Caso o entendimento de Toffoli seja mantido, a Lava-Jato perde o caso Mantega e pelo menos uma dezena de inquéritos em andamento.

A força-tarefa da operação em Curitiba também aguarda receber do STF inquéritos de políticos que, apontados por delatores, não foram reeleitos em 2018, perdendo o foro privilegiado. Muitos deles são do MDB, que detinha o comando da área internacional da Petrobras, responsável, por exemplo, pela compra da usina de Pasadena, no Texas.

Até agora, apenas executivos da estatal e um único político — Delcídio do Amaral — foram apontados como beneficiários de propina na compra de Pasadena.

Algumas investigações que devem ser retomadas acumulam informações há bastante tempo. As propinas pagas nas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, foram citadas em 2016 na delação de executivos da empreiteira Andrade Gutierrez. Em janeiro, o ex-ministro Antonio Palocci, que fechou acordo com a Polícia Federal, reforçou as informações, dizendo que

atuou diretamente no acerto de R\$ 135 milhões em propinas, que teriam sido divididos igualmente entre o PT e o MDB. O tema foi alvo da 49a. fase da Lava-Jato, em março de 2018, mas não avançou.

Na última semana, ao denunciar um esquema que beneficiou o Grupo Estre, a força-tarefa apontou que contratos da Transpetro renderam R\$ 100 milhões em propinas a políticos do MDB entre 2003 e 2014, durante a gestão de Sérgio Machado, um dos colaboradores da operação.

Os delatores da Odebrecht ainda citaram políticos que perderam o foro privilegiado. Entre eles estão, por exemplo, os ex-senadores Romero Jucá, Edison Lobão e Eunício Oliveira.

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, responsável pela defesa de Jucá e Lobão, afirma que não vê problema na transferência dos casos para a primeira instância. O ex-senador Eunício de Oliveira não quis se pronunciar.

— Não vejo nenhum problema. O processo deve começar em primeira instância, com o juiz natural. Tivemos o fenômeno do juiz de jurisdição nacional, com o senhor Sergio Moro, e espero que agora, passado esse momento punitivo, entre na regularidade constitucional — diz o advogado.

Nos dois primeiros meses deste ano, foram deflagradas três operações e fechado um novo acordo de leniência, com a Rodonorte, concessionária de rodovias no Paraná que pertence ao Grupo CCR, o que abre portas para investigação de concessões de pedágio.

A expectativa do grupo de Curitiba, que lançou a Lava-Jato, é retomar os casos suspensos, muitos por incluir políticos com foro privilegiado.

— Ainda há muito a ser investigado — diz o procurador Roberson Pozzobon, um dos investigadores de Curitiba.

A prisão preventiva de Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, apontado como operador do PSDB, decretada na 60- fase, deflagrada em fevereiro, é vista como ponta de um novelo que pode resultar em apurações mais abrangentes. Das quatro contas que ele controlava na Suíça saíram 11 cartões de créditos e viagens que a Lava-Jato apura onde e por quem foram usados.

— A investigação de Souza está só no início — afirma Roberson Pozzobon.

ALGUMAS FRENTES PRIORITÁRIAS

BR Distribuidora

A Lava-Jato descobriu que contratos da empresa embutiam propinas de até 10%. O modelo era o mesmo da Petrobras: pagamentos a companhias de fachada, com contratos falsos de prestação de serviços, e um operador que os distribuía entre os beneficiados.

Transpetro

Em 2016, o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, que virou delator, afirmou que sua permanência no cargo era garantida por políticos do MDB e que pelo menos 20 políticos foram beneficiados com pagamentos decorrentes de contratos da empresa.

Petrobras (Internacional)

Envolvimento de três partidos — PT, PMDB e PP — é investigado, sendo que o então PMDB teria o comando da área internacional. Falta rastrear os pagamentos que teriam sido feitos por meio de operadores como Jorge Luz e Fernando Soares, o Fernando Baiano.

‘Pós-Itália’

Em delação premiada, a Odebrecht informou ter colocado à disposição do PT R\$ 50 milhões numa conta chamada “pós-italia”, uma referência ao ex-ministro Guido Mantega. O ministro Dias Toffoli concedeu liminar para encaminhar o caso à Justiça Eleitoral.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/03/2019

Seção: O País

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: Ministros do TCU se opõem à criação de fundação da Lava-Jato para gerir recursos

Iniciativa, homologada pela Justiça Federal, pode ser contestada por órgão de contas; Controladoria da União tem opinião distinta e apoia a decisão

A decisão da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba de criar uma fundação privada para administrar até R\$ 2,5 bilhões, dinheiro depositado pela Petrobras em cumprimento a acordos com autoridades dos Estados Unidos, é criticada por pelo menos três ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, levou a uma análise da presidência da Câmara dos Deputados sobre a legalidade do ato.

O Ministério Público Federal (MPF) no Paraná, num acordo de compromissos assinado com a Petrobras, avocou para si a responsabilidade de constituir uma fundação privada com objetivo de definir o destino da quantia, resultante de penalidades aplicadas à estatal por danos aos investidores nos Estados Unidos. A gestão do dinheiro ou qualquer decisão decorrente não passariam pelo Executivo ou pelo Legislativo. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse ontem ao GLOBO que a Casa estuda se o ato é legal. Uma posição será manifestada pela Câmara até amanhã, segundo ele.

— Estamos estudando ainda. Durante a semana vamos ter uma posição. Respeitando a legislação, não tem problema — afirmou Maia, por mensagem de celular.

No TCU, órgão responsável por fiscalizar a destinação de dinheiro público federal, três ministros manifestaram de forma reservada o entendimento de que os procuradores adotaram um modelo equivocado. Os ministros também discutem que iniciativas poderão ser adotadas diante do acordo, homologado pela Justiça Federal no Paraná.

A criação de uma fundação privada, a cargo do MPF, é vista como “nova” e “estranha”. Os ministros que criticam a iniciativa entendem que o dinheiro deveria voltar às suas origens, e não ser gestado por uma fundação desenhada por procuradores da República.

A Petrobras depositou os R\$ 2,5 bilhões em 30 de janeiro deste ano. O acordo da estatal com 13 procuradores da Lava-Jato de Curitiba foi assinado sete dias antes.

Em sua conta no Twitter, o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, manifestou apoio ao modelo definido pela Lava-Jato em Curitiba. E disse que tanto a CGU quanto a Advocacia-Geral da União (AGU) vão auxiliar na “construção de medidas de governança”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/03/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Falta de chuva vai pesar no bolso do consumidor

Conta de luz deve subir até 5% para compensar déficit estimado em R\$ 22 bilhões das hidrelétricas este ano. Elas são obrigadas a comprar energia mais cara para honrar contratos quando não têm água nos reservatórios

O ano começou com um alerta para o setor de energia elétrica. O baixo volume de chuvas nos meses de janeiro e fevereiro vai pesar no bolso do consumidor e pode até afetar os índices de inflação. De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que regula os contratos de compra e venda de energia no país, o atual cenário hidrológico vai gerar um déficit da ordem de R\$ 22 bilhões para as usinas hidrelétricas, que, sem água em seus reservatórios, terão de comprar energia mais cara no mercado para honrar seus contratos. Daquele valor, 72% serão pagos pelos consumidores do mercado cativo (no qual não se escolhe o fornecedor da energia), como clientes residenciais e comerciais.

Assim, de acordo com cálculos feitos pela PSR Consultoria, o menor volume de chuvas e a maior geração de energia por usinas termelétricas vão resultar num aumento médio nas tarifas residenciais de 5% este ano. Rui Altieri, presidente do Conselho de Administração da CCEE, disse que o déficit previsto para 2019 reflete a perspectiva de um ano hidro-lógico ruim. Ele lembrou que, no ano passado, o déficit foi de R\$ 15 bilhões.

— Em novembro do ano passado, a avaliação era que 2019 seria favorável. Mas, no início deste ano, as chuvas não vieram. O cenário fez a CCEE projetar esse impacto para as hidrelétricas, que precisarão comprar energia para honrar seus contratos. Esse é o cenário hoje. Essa exposição afeta as tarifas de energia do mercado cativo — afirmou Altieri.

Segundo Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), do Instituto de Economia da UFRJ, o volume de chuvas neste início de ano é equivalente a 65% da média histórica nos locais onde estão os principais reservatórios. Com isso, as usinas hidrelétricas não vão conseguir gerar o volume contratado, sendo forçadas a comprar energia no mercado livre (de curto prazo), no qual a maioria é de usinas termelétricas, que têm um custo mais elevado.

— Esse impacto estimado de R\$ 22 bilhões é um problema conjuntural importante, na medida em que pode levar a aumento das tarifas e da inflação. E isso pode se tornar uma preocupação para o Ministério da Economia. Isso já está na agenda do **Ministério de Minas e Energia**. E essa será uma das prioridades do governo, pois vai afetar o bolso do contribuinte — explicou Castro.

Segundo Luiz Eduardo Barata, diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), desde 2014 as chuvas não têm sido suficientes para recuperar os níveis dos reservatórios das hidrelétricas, obrigando o sistema a acionar cada vez mais termelétricas. E, se for necessário, o governo já está preparado para importar cerca de mil megawatts (MW) médios de energia, dos quais cerca de

600 MW da Argentina — se houver disponibilidade —, e outros 420 MW do Uruguai.

— Não tem risco de desabastecimento. Mas passamos a ter uma energia mais cara—disse Luiz Barata.

RECORDES DE CONSUMO

Isso ocorre em um momento de alta no consumo de energia. Com o forte calor em janeiro, o consumo totalizou no país 73.090 megawatts (MW), o que representou aumento de 6,6% em relação a igual mês do ano passado. Em janeiro, foram registrados vários recordes de pico de consumo de energia, devido às altas temperaturas. O último foi no dia 30 de janeiro, quando, no início da tarde, chegou-se a registrar demanda de 90.525 MW.

Assim, o nível dos reservatórios nas regiões Sudeste/ Centro-Oeste caiu de 34% para 26% do início de 2018 para janeiro de 2019. No Norte, o nível caiu de 53% para 36%, assim como no Sul, que passou de 82% para 36%. Somente o Nordeste teve alta: subiu de 20% para 42%.

O cenário é classificado como de alerta por Juliana Hornink, analista de mercado da Safira Energia. Segundo ela, as poucas chuvas do mês de janeiro vão deixar uma cicatriz para todo o ano, já que é considerado o período mais importante. É por isso que ela acredita que, a partir de maio, a bandeira tarifária deve ficar amarela, quando acaba o chamado período de chuvas. Hoje, está na cor verde.

—Sem água, não se consegue gerar energia. Estamos numa situação desafiadora. As termelétricas já começaram a ser despachadas. Isso vai influenciar no custo das tarifas em geral. Se a economia estivesse em ritmo mais acelerado, iríamos ter um cenário mais complicado.

IMPACTO PARA INDÚSTRIAS

Mas não é só o mercado cativo que já sente os preços altos. No mercado livre, onde estão grandes consumidores de energia, como as indústrias, o peso da conta maior já chegou. Houve aumento de até 133% dos preços nos dois primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, apontou a CCEE.

— O sistema hidrelétrico não consegue gerar energia suficiente em razão da falta de chuvas, afetando o mercado cativo e o mercado livre. Isso tudo influencia nas tarifas, seja no repasse feito pelas distribuidoras e nas bandeiras tarifárias. É preciso resolver esse imbróglio do déficit de energia das geradoras, que já é alvo de ações judiciais e precisa ser resolvido pelo governo —destacou Renato Queiroz, diretor do Instituto Ilumina.

Bernardo Bezerra, da PSR, destacou que o sistema elétrico brasileiro possui oferta suficiente para o atendimento ao crescimento da demanda de energia. Segundo ele, as usinas licitadas nos últimos leilões de energia permitem que a demanda no Brasil cresça até 4,6% ao ano até 2023.

— Considerando um crescimento médio do PIB de 2,7% ao ano para o horizonte 2019-2023, que resulta em 3,8% de crescimento da carga, o sistema elétrico brasileiro possui oferta suficiente para o atendimento ao crescimento da demanda de energia—destacou Bezerra.

De acordo com Anton Schwyter, consultor da Thymos Energia, embora haja maior custo de geração de energia das usinas termelétricas, espera-se maior estabilidade na economia neste ano

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/03/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E JAILTON DE CARVALHO BRASÍLIA

Título: Governo quer rever acordo com Paraguai em Itaipu

País vizinho resiste em aceitar alta de 30% no preço da energia e argumenta que Brasil deve bancar construção de duas pontes

O governo brasileiro quer rever o acordo que faz com que o Paraguai pague menos que o Brasil pela energia gerada pela usina de Itaipu. As negociações com o país vizinho estão travadas porque autoridades paraguaias resistem em aceitar o aumento de mais de 30% na conta de luz. O impasse deixou a hidrelétrica sem perspectiva de faturamento pela geração de eletricidade em 2019, já que o Brasil quer que a estatal paraguaia contrate a energia a ser usada no ano com base no novo valor — enquanto as autoridades paraguaias discordam da mudança.

A movimentação do governo para reduzir os valores pagos para a usina despertou tal preocupação no Paraguai a ponto de o presidente do país, Mario Abdo Benítez, agendar viagem a Brasília, amanhã, para discutir o assunto com o presidente Jair Bolsonaro.

MAIS DE 90% DO CONSUMO

Itaipu é uma hidrelétrica bi-nacional, com administração dívida igualmente entre Brasil e Paraguai. Mesmo assim, desde 2009, o Brasil paga mais para consumir a energia gerada pela usina. Isso ocorre em razão de um acordo fechado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o governo Bolsonaro quer rever.

O acordo atual permite que o Paraguai fique com a maior parte da energia que não tem o custo de juros e impostos, o que faz a conta de luz do país vizinho ser muito mais barata que a do Brasil.

Em 2018, o Brasil pagou, em média, US\$ 38,72 por MWh, enquanto ao Paraguai esse custo saiu a US\$ 24,60 MWh. É essa assimetria que o governo brasileiro quer resolver, o que preocupa o governo paraguaio. Mais de 90% da energia consumida no país vizinho são gerados por Itaipu. Por isso, o impacto na conta de luz dos paraguaios, caso a tese do Brasil vença, pode ser de uma alta de mais de 30%.

Preocupado com a possibilidade de a tarifa subir, o presidente do Paraguai vem ao Brasil tentar encontrar uma saída junto a Bolsonaro. Para evitar constrangimentos entre os presidentes, diplomatas e técnicos de ambos os países trabalham para que o assunto seja resolvido antes da reunião — o que até agora não ocorreu.

PARTE FRÁGIL NA NEGOCIAÇÃO

Os dirigentes paraguaios resistem aos termos colocados pelo Brasil e alegam que são a parte mais frágil das negociações. Para ceder, o Paraguai cobra uma sinalização clara do Brasil de que Itaipu irá bancar a construção de mais duas pontes entre os dois países. O custo estimado é de R\$ 1 bilhão.

Uma das pontes seria construída no Rio Paraná, entre o bairro Porto Meira, em Foz do Iguaçu, e o município paraguaio de Puerto Franco, vizinho a Ciudad del Este, onde está localizada a Ponte da Amizade. A outra seria erguida sobre o Rio Paraguai, ligando o município de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, a Carmelo Peralta, no Paraguai.

MME / ASCOM .